

## Estado & Sociedade: Contribuição ao Debate Sobre Políticas Públicas

Ana Cristina Brito Arcoverde (Organizadora)  
Andréa Catarina Brandão Batista dos Santos, Denildes Amaro da Silva,  
Itanamara Guedes Cavalcanti, Lucinda Maria da Rocha Macedo,  
Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá, Maria José das Neves Silva,  
Mônica Barros da Nóbrega e Rosineide Maria Gonçalves  
Editora Universitária da UFPE, 2010. 256p.

Produzir com muitas mãos é uma tarefa que requer tempo e dedicação ao mesmo tempo, mas é extremamente gratificante não somente pelo resultado concreto, mas, sobretudo pelo crescimento e superação de cada um e de todos numa experiência coletiva.

*Estado & Sociedade: contribuição ao debate sobre políticas públicas* é obra compulsória do trabalho de orientação, estudos, debates, pesquisas, etc. que vimos desenvolvendo ao longo de dezoito meses com o grupo de mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, todas às quintas feiras, no período da tarde.

A ideia de publicar e socializar o resultado de estudos e trabalhos do grupo, agora autores, veio sendo acalentado como sonho realizável por razões diversas. Primeiro, para registrar e cristalizar toda uma produção invisível que cada autor vem realizando, seja para as disciplinas acadêmicas, seja para apresentação de trabalhos em eventos, ou ainda para dar consistência teórica no processo de construção de dissertações e teses. Segundo, para socializar e disponibilizar à crítica construtiva, ao intercâmbio de ideias e fazer avançar o conhecimento produzido e sistematizado para o ensino de disciplinas na pós-graduação, para a realização de pesquisa, para a elaboração do relatório final dos trabalhos de mestrado e doutorado, ou ainda... Uma terceira e última razão, diz respeito à contribuição que cada texto pode oferecer para trabalhos semelhantes, para o avançar do conhecimento no Serviço Social e para fundamentar, inovar e sugerir caminhos à prática profissional de assistentes sociais em diferentes organizações.

Ainda que não fossem suficientes as razões acima mencionadas, uma única já seria o suficiente para nos animar nessa tarefa: De que adianta produzir textos, artigos, dissertações e teses, enfim conhecimentos sem os socializar? Se os meios de publicação são limitados ou inacessíveis pelos determinantes sociais, políticos ou econômicos e financeiros da indústria cultural, por que não criarmos espaços próprios no nosso sofrido Nordeste e buscarmos meios para a nossa produção? Ao nosso ver a conquista é resultado de um processo contínuo de lutas travadas, de boas lutas! Publicar este livro como coletânea de artigos de autoras nordestinas teimosas é mais um dos desafios que enfrentamos e consideramos estimulante! Os recursos para a publicação vieram a calhar com o trabalho que já estava em curso e que agradecemos à Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

*Estado & Sociedade: contribuição ao debate sobre políticas públicas* reúne nove artigos:

O primeiro, *Notas sobre Estado e sociedade nos clássicos, da Política* registra em síntese os elementos que lastreiam as perspectivas de autores considerados clássicos da política. Os autores e suas ideias sobre o Estado moderno e a sociedade, apesar de possuírem pensamentos próprios foram reunidos, sob nossa responsabilidade, em três grandes perspectivas teóricas: Maquiavel, Hobbes, Locke e Kant na perspectiva liberal; Rousseau, Tocqueville e Hegel na democrata burguesa, e Marx, Engels, Lênin e Gramsci na marxista. Em nenhuma hipótese tem o artigo a ousadia de esgotar a riqueza do pensamento particular a cada um dos cientistas políticos. Trata-se de uma pequena contribuição a ser oferecida aos estudiosos e leitores das questões referentes aos fenômenos do Estado, poder, democracia, sociedade, classe. É fruto, ainda, de sínteses provisórias de leituras daqueles autores para a disciplina Estado, direitos e políticas sociais que ministramos há mais de 10 anos na Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE.

Em *Estado contemporâneo: uma forma particular de produção de conhecimento científico sob a ordem do capital*, a autora busca realizar algumas considerações acerca do Estado contemporâneo e da produção de conhecimento científico na sociabilidade capitalista. Parte do entendimento de que o Estado e a ciência são expressões das condições materiais de determinados momentos históricos, que nas suas temporalidades assumem características particulares. Adota como ponto de partida de sua reflexão a noção de Estado e de ciência no pensamento de Marx e Engels, os quais analisaram estas construções históricas com bastante maestria. Tornou-se incontornável discorrer acerca do modo de produção capitalista particularizando o momento de sua consolidação, e neste o papel desempenhado pelo Estado e as diferentes formas de se conceber, produzir e utilizar a ciência e trazer o debate para a contemporaneidade, ressaltando a importância da ciência para o desenvolvimento do capitalismo financeirizado e global. Além do desempenho do Estado no sentido de garantir a reprodução ampliada do capital.

*Fundações Públicas de Direito Privado: um novo modelo de gestão hospitalar pública ou a negação do direito à saúde?* reflete sobre a construção da política de saúde, materializada pelo SUS, a partir do seu marco legal – a Constituição de 1988, que enfrenta após sua constituição um contexto adverso seja político, econômico e ideológico de configuração de um Estado neoliberal, com nítido retrocesso dos direitos sociais e com a necessidade vital do capital reorganizar-se na tentativa de se adequar aos novos desafios impostos pela globalização e acumulação financeira. A reforma do Estado brasileiro e as suas novas demandas marcaram um período de mercantilização de serviços sociais e dentre eles, a saúde, através da criação das Fundações Públicas de Direito Privado.

No artigo *Prisão capital*, a autora realiza tratamento crítico da questão prisional, numa apreensão relacionada com e dentro do modo de produção e reprodução social capitalista, identificando como seu mediador civilizatório um Estado Penal e no seu desenvolvimento via política penitenciária em especial retributiva no Brasil. Resgata-se as fases da vingança divina, onde o Estado e a Igreja confundem-se, e sua aplicação, no sentido da prisão-pena. Contextualiza-se a partir do surgimento da Idade Moderna, com a passagem da vingança privada à pena como retribuição, aonde é possível observar a passagem

do fenômeno do flagelo físico a uma categoria jurídica, que deixa à mostra o cumprimento da pena pela via privativa de liberdade. Expressa-se, portanto, na massa de indesejáveis, nas estratégias de enfrentamento, desde o século XV com a legislação sanguinária contra a vagabundagem, seguindo para o século XVII com suas casas de trabalho de caráter punitivo, e chegando à atualidade com suas prisões superlotadas pelos sumos dos extratos sociais expurgados do modo de produção, assoalho do caráter seletivo, e da aplicação da pena classista de fim burguês. Ainda, aponta para a predileção ao cárcere, para indivíduos transformados em mercadorias caracteristicamente simbólica de força de trabalho. Neste construto, é possível observar a disciplina colocada para a prisão inerente ao seu sistema, demonstrando a necessidade de uma visão conjunta de seus órgãos operativos, e da administração penitenciária o véis de um pensamento para a execução da pena desconexo de sua forma instrumental.

Em *Redução da idade penal: contribuições ao debate* é possível encontrar rica discussão sobre redução da idade penal do adolescente em conflito com a lei. As reflexões caminham no sentido da superação da esterilidade dos debates polarizados entre duas posições igualmente equivocadas: aquelas dos que advogam o aumento da repressão contra crianças e adolescentes, manifestando-se favorável à redução, e a que nega o reconhecimento da existência de infrações penais graves cometidas por adolescentes com uma atitude paternalista. O sentido do debate é ainda contribuir para a desconstrução de alguns mitos que foram sendo criados e introjetados ao longo do tempo pela sociedade em relação ao adolescente que pratica ato infracional, sejam: o do hiperdimensionamento, o da periculosidade e o da impunidade.

No artigo que trata dos *Conselhos como espaço público de negociação e controle social das políticas públicas para o meio rural*, a concepção de participação social contida na proposta da Reforma do Estado dos anos 90 e a materialização dessa participação na organização e instalação de Conselhos Gestores de Políticas Públicas são os aspectos centrais abordados. Como elemento empírico e de contribuição da análise a autora estabelece o diálogo entre o debate teórico com a experiência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) instalados em 179 municípios do Estado de Pernambuco, a partir da sistematização das atividades do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL), do governo de Pernambuco, responsável pela assessoria e acompanhamento dessas instâncias, e aponta os referidos conselhos como espaço público de debate, proposição e monitoramento da Política Pública para o meio rural. À luz do debate apresentado por Gohn (2007) sobre a participação sociopolítica dos conselhos, procura refletir em que campo do debate estaria situada a experiência e sua efetividade como espaço de controle social, considerando a sua natureza jurídica, composição e contexto social onde estão inseridos. Enfim, o artigo oferece contribuição com a reflexão sobre essa prática analisando a ação sob o âmbito da reforma do estado no seu aspecto relacionado à dimensão da governabilidade, na produção teórica sobre os Conselhos como espaço público de diálogo e na construção de consensos entre o Estado e a Sociedade Civil organizada.

Em *Juventude e as políticas públicas* é possível encontrar uma análise sobre a participação da juventude na construção das políticas destinadas aos jovens no Brasil. Para tanto, a autora aborda

teoricamente as concepções de Estado e de participação, analisando a trajetória das políticas públicas sob o enfoque dos jovens como alvos e partícipes dessas políticas.

*Desinstitucionalização e reinserção social do doente mental* aborda o processo de desinstitucionalização e reinserção social do doente mental, considerando que a Saúde Mental na atualidade ocupa papel de destaque no campo das políticas públicas, principalmente em decorrência do avanço e consolidação do processo de Reforma Psiquiátrica no país, requerendo efetiva participação dos atores envolvidos. Além do resgate histórico da trajetória de institucionalização da loucura e do louco durante a Idade Moderna, o texto capta e percorre os caminhos que levaram ao processo de mudança do modelo asilar e de desinstitucionalização – reabilitação, reinserção social – dos portadores de transtornos mentais. O entendimento é de que, para a efetivação desse processo, faz-se necessária a intensa participação do Estado cujo papel é proporcionar o suporte adequado aos diversos atores envolvidos – portador de transtorno mental e suas famílias – para um atendimento digno e de qualidade.

*Globalização: presente sem futuro?* Fecha a coletânea contextualizando e questionando a globalização como presente sem futuro, mas deixando pistas de como superar as suas consequências e o protagonismo liberal num país como o Brasil.

Recife, Outubro de 2010.

**Ana Cristina Brito Arcoverde**